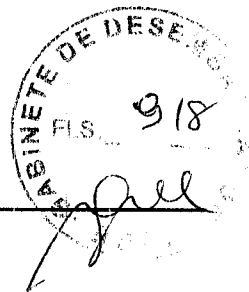




PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 195.578-2

223

COMARCA: SÃO JOAQUIM DO MONTE

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: ROBERTO CORDOVILLE EFREM DE LIMA FILHO

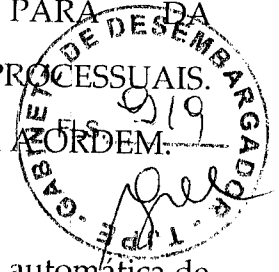
PACIENTE: PAULO ALVES CURSINO

PROCURADOR DE JUSTIÇA: MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS DO ACUSADO NÃO IMPLICAM EM CONCESSÃO AUTOMÁTICA DE LIBERDADE PROVISÓRIA. AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME E A PERICULOSIDADE DO AGENTE AUTORIZAM A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA PARA GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. REPERCUSSÃO DO CRIME. A GRANDE COMOÇÃO SOCIAL GERADA PELO FATO DELITUOSO ENSEJA A CUSTÓDIA CAUTELAR COMO FORMA DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. COMPLEXIDADE DO FEITO. O ELEVADO NÚMERO DE RÉUS E A NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS

CITATÓRIAS SE CONSTITUEM EM
JUSTIFICATIVA SUFICIENTE PARA DA
DILATAÇÃO DOS PRAZOS PROCESSUAIS.
UNANIMEMENTE, FOI DENEGADA A ORDEM.



1. Condições pessoais favoráveis não implicam na concessão automática de liberdade provisória quando há nos autos outros elementos que recomendem a manutenção da prisão cautelar.
2. Muito embora a gravidade abstrata do crime, por si só, não autorize a decretação da prisão preventiva, as circunstâncias em que o crime foi cometido, evidenciando maior periculosidade do agente, recomendam o encarceramento provisório para garantir a ordem pública.
3. A grande comoção causada pelo crime na comunidade enseja a custódia cautelar para garantia da ordem pública.
4. Não há constrangimento ilegal quando o excesso de prazo é plenamente justificado pela complexidade do feito e pelo número de réus.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 195.578-2 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em **denegar a ordem**, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 22 de dezembro de 2009.

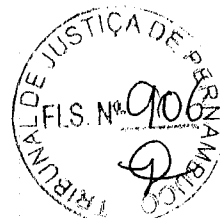
Des. Presidente


Des. Gustavo Augusto Lima

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 195.578-2

COMARCA: SÃO JOAQUIM DO MONTE

HABEAS CORPUS

225

IMPETRANTE: ROBERTO CORDOVILLE EFREM DE LIMA FILHO

PACIENTE: PAULO ALVES CURSINO

PROCURADOR DE JUSTIÇA: MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

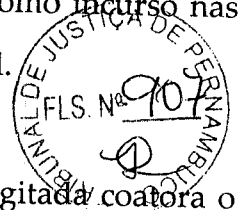
RELATÓRIO

O advogado Roberto Cordoville Efrem de Lima Filho impetra o presente *habeas corpus* em favor de PAULO ALVES CURSINO, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de São Joaquim do Monte.

O impetrante aduz que, em data de 21/fevereiro/2009, o paciente foi preso e autuado em flagrante delito por haver, em tese, praticado homicídio contra as vítimas João Arnaldo da Silva, José Wedson da Silva Rafael Erasmo da Silva e Wagner Luiz da Silva, supostos seguranças da Fazenda Jabuticaba, localizada no Município de

São Joaquim do Monte. Afirma que, em 22/maio/2009, o paciente foi denunciado juntamente com Aluciano Ferreira dos Santos, Antônio Honorato da Silva, Homero Severino da Silva, Severino Alves da Silva e Luiz Wagner Siqueira, como incurso nas penas do art. 121. § 2º, incisos II e IV, c/a art. 29, ambos do Código Penal.

225



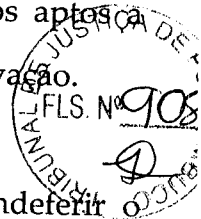
Aponta como ato abusivo e ilegal da autoridade indigitada coatora o indeferimento do pedido de liberdade provisória formulado em favor do paciente nos autos da ação penal em curso no juízo do primeiro grau. Destaca que o paciente é um senhor de idade de 63 anos, é portador de câncer, é primário, possui bons antecedentes, profissão definida e residência fixa, bem como que nunca se envolveu em práticas delitivas. Argumenta que, em virtude dos atributos pessoais favoráveis do paciente, não está concretamente demonstrada a necessidade de sua custódia preventiva para garantir a ordem pública.

Alega que, na situação dos autos, não estão presentes os requisitos previstos no art. 312 do CPP que autorizam a decretação da prisão preventiva do paciente, salientando que os atributos pessoais favoráveis do paciente, por si, demonstram que sua liberdade provisória não ofenderá a ordem pública. Afiança, que inexistem fortes e concretas evidências nos autos de que o paciente pretenda se evadir do distrito da culpa, bem como que não ofereceu resistência à prisão, o que demonstra não ter a intenção de prejudicar uma eventual instrução criminal, ou impedir eventual aplicação da lei penal por meio de fuga.

Refuta os argumentos expendidos pela autoridade indigitada coatora ao indeferir o pedido de revogação da prisão cautelar do paciente, explanando que não se deve confundir a repercussão do crime decorrente do apelo midiático com ofensa à ordem pública, assim como a alegada hediondez do crime não se presta a fundamentar a segregação provisória do acusado. Assevera que medida constritiva decretada em desfavor do paciente está apoiada em proposições abstratas emanadas da autoridade

impetrada, uma vez que não há como se extrair dos autos fatos concretos aptos a justificar a adoção da medida extrema, bem como se encontra carente de motivação.

227



A peça arial consigna que a autoridade impetrada, ao indeferir o pedido de revogação da prisão preventiva, não fundamentou a sua decisão, visto que justificou a necessidade da segregação cautelar do paciente para manter a paz social, assim como ignorou as diferenças e peculiaridades de cada um dos denunciados ao decidir, em um só ato, por dois pedidos de liberdade e dois de revogação de prisão de quatro diferentes cidadãos.

Alega, ainda, a ocorrência de excesso de prazo em virtude morosidade da Justiça, pois o paciente está custodiado há 6 (seis) meses e somente em 31/julho deste ano foram expedidas Cartas Precatórias para citação dos demais réus presos.

Por fim, pugna pela concessão da ordem a fim de que o paciente responda ao processo-crime em liberdade.

Juntou os documentos de fls. 33/828.

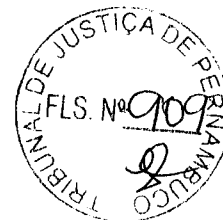
O presente *mandamus* foi distribuído inicialmente ao eminente Des. Roberto Ferreira Lins, o qual indeferiu o pedido de concessão de liminar, consoante interlocutória exarada às fls. 835/836.

O então relator declinou da competência para processar e julgar o presente *writ* em favor deste magistrado em virtude da prevenção, tudo de acordo com o despacho de fl. 855.

A autoridade sob censura prestou informações às fls. 863/866, acostando os documentos de fls. 867/885.

A douta Procuradoria de Justiça lançou parecer às fls. 895/902, opinando pela denegação da ordem.

228



É O RELATÓRIO.

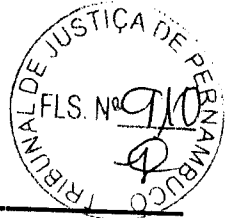
Recife, 22 de dequeto de 2009


Des. Gustavo Augusto Lima

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

229

PROCESSO Nº 195.578-2

COMARCA: SÃO JOAQUIM DO MONTE

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: ROBERTO CORDOVILLE EFREM DE LIMA FILHO

PACIENTE: PAULO ALVES CURSINO

PROCURADOR DE JUSTIÇA: MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

VOTO

Sr. Des. Presidente

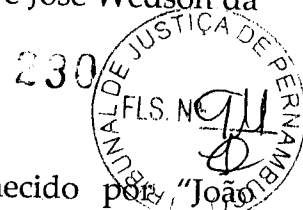
Sr. Desembargador

Sr. Procurador de Justiça

Cuida-se de *mandamus* impetrado pelo advogado Roberto Cordoville Efrem de Lima Filho em favor de **PAULO ALVES CURSINO**, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de São Joaquim do Monte.

A presente impetração está calcada nos seguintes fundamentos: falta de fundamentação do *decisum* que indeferiu o pedido de liberdade provisória; ausência dos requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva, gizados no art. 312 do CPP; atributos pessoais favoráveis do paciente; e excesso de prazo para conclusão da instrução criminal.

Consta da denúncia que, no dia 21/fevereiro/2009, por volta das 15:00 h, na Fazenda Consulta, Município de São Joaquim do Monte, Antônio Honorato da Silva, vulgo "Tonhão", e Homero Severino da Silva, vulgo "Romero", efetuaram disparos de arma de fogo nas pessoas de João Arnaldo da Silva, "João Mototáxi", Wagner Luiz da Silva, "Gago", Rafael Erasmo da Silva "Manguinha" e José Wedson da Silva, o "Kiko".



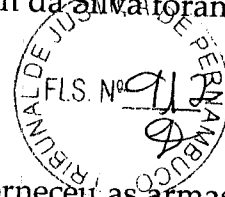
Segundo a peça acusatória, João Arnaldo, conhecido por "João Mototáxi", foi contratado informalmente no dia 19/fevereiro pela Sra. Marlene Inês da Silva, agindo em nome e por ordem da Sra. Maria do Socorro de Azevedo Guedes, inventariante do espólio dos extintos Porcina e Felismino Guedes, para que permanecesse na Fazenda Jaboticaba ou Quatro Irmãos, no período de 10 (dez) dias, ou eventualmente até que fosse concluído o inventário, tendo sido cobrado pelo serviço a quantia de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais).

Narra a peça a trial que, no dia do fato delituoso, "João Mototáxi" e o seu grupo, composto pelas pessoas de Donizete de Oliveira Souza, Rafael Erasmo da Silva, Wagner Luiz da Silva e José Wedson da Silva, encontravam-se na Fazenda Jaboticaba ou Quatro Irmãos armados, o primeiro, o segundo e o terceiro com revólveres do calibre .38, enquanto o quarto e o quinto com espingardas calibre 12, trazidas até ali por João Arnaldo.

Mesmo diante de vigias armados, diz a denúncia, os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), liderados por Aluciano Ferreira dos Santos, vulgo "Cabeça", reocuparam a sobredita propriedade rural na manhã do dia 21/fevereiro após terem sido expulsos da citada fazenda no dia 19/fevereiro, mediante cumprimento de mandado de reintegração de posse concedido aos herdeiros pelo magistrado da comarca. Consta, ainda, que o grupo de vigias foi fotografado por uma militante do MST portando armas de fogo.

Posteriormente, segundo a peça vestibular, o grupo de vigias foi até a Fazenda Consulta onde foram conversar com o acusado Aluciano para que este entregasse a câmara fotográfica utilizada para fotografa-los portando armas de fogo. Naquele local, a denúncia descreve como cada uma das vítimas foi morta pelos denunciados, sendo que as vítimas Wagner Luiz da Silva e José Wedson da Silva foram mortas ao tentar fugir de seus algozes que pilotavam motocicletas.

231



A denúncia relata que Paulo Alves foi a pessoa que forneceu as armas para Antônio Honorato e Homero Severino, além de, posteriormente, haver recolhido ditas armas, bem como as armas que estavam em poder de João Arnaldo e Rafael Erasmo.

Foram denunciados, portanto, Aluciano Ferreira dos Santos, vulgo "Cabeça", Antônio Honorato da Silva, vulgo "Tonhão", Homero Severino da Silva, vulgo "Romero", Severino Alves da Silva, vulgo "Severino Bigodão", Luiz Wagner Siqueira, vulgo "Vaguinho", e o paciente, denunciado nas penas do art. 121, §2º, incisos II e IV, c/c o artigo 29, do Código Penal.

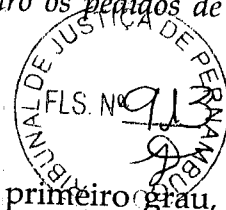
O impetrante se insurge contra a decisão que negou ao paciente o direito à liberdade provisória, por considerá-la carente de fundamentação.

Não assiste razão ao requerente.

Ressaltou o douto julgador, na decisão impugnada, que "... os crimes que se apuram nos presentes autos pela sua hediondez e maneira brutal dos executores tiveram repercussão nacional e quiçá internacional, pois sempre se escuta pela imprensa falada e escrita o assassinato de sem-terras; entretanto, no vertente caso, as posições se inverteram, a gangue executora dos crimes é constituída de sem-terras, situação que teve um cunho emocional muito elevado, traumatizando as famílias das vítimas pela maneira brutal, covarde e insensível como procederam os denunciados na consumação. (...) Posto isto, e considerando que se faz necessário

manter a paz social, a instrumentalização do processo penal e sobretudo facilitar a colheita de provas, se pondo em liberdade gente perigosa, tal qual os denunciados, dificilmente se colherá os subsídios necessários para aquilatar a verdade verdadeira dos fatos, (...) indefiro os pedidos de liberdade provisória..."

232



Ante as considerações postas pelo douto julgador de primeiro grau, tenho que a decisão deve ser mantida porque se baseia na necessidade da garantia da ordem pública, que seria abalada com a liberdade do acusado, principalmente se levarmos em conta a periculosidade demonstrada por ele e pelos demais envolvidos no crime.

É bem verdade que, segundo entendimento majoritário do Colendo STJ, a gravidade abstrata do delito não é suficiente para amparar o decreto de prisão preventiva com vistas a resguardar a ordem pública. No entanto, no caso dos autos, as circunstâncias em que os crimes foram cometidos evidenciam, sem sombra de dúvidas, a periculosidade de seus autores e, nestas balizas, autorizam a segregação interina como forma de resguardar a paz no meio social. Vejamos recente excerto jurisprudencial emanado do Superior Tribunal de Justiça:

(HC 124.539/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 18/06/2009, DJe 03/08/2009).

O Superior Tribunal de Justiça firmou compreensão no sentido de que, embora a gravidade do crime, por si só, não autorize a antecipação da custódia, as circunstâncias em que praticado podem evidenciar maior periculosidade do agente, de modo a recomendar seu encarceramento provisório, para a garantia da ordem pública.

Diga-se, ainda, que, aliada à periculosidade dos envolvidos, mostra-se necessária a prisão em virtude da comoção social gerada pelo crime em todo o País, sendo certo que nossos Tribunais vêm se pronunciando pela legalidade da prisão nestes casos, como garantia da ordem pública:

STJ: *"A grande comoção que o crime, com as suas graves e altamente reprováveis circunstâncias, causa na comunidade, enseja a segregação cautelar para garantia da ordem pública, ainda que o réu seja primário e de bons antecedentes"* (RSTJ 104/429).

233

Ademais, a liberdade do acusado certamente prejudicaria a colheita de provas, sobretudo porque causaria verdadeiro temor nas testemunhas.

De outra parte, é certo que a primariedade, os bons antecedentes, residência fixa e emprego definido não garantem, de per si, o direito do acusado a permanecer em liberdade acaso presentes nos autos quaisquer dos requisitos autorizadores da prisão preventiva. Neste sentido:

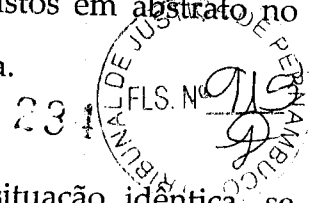
(HC 120.121/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 03/09/2009, DJe 21/09/2009).

As condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes e residência fixa não são suficientes para garantir ao paciente a revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos que recomendam a manutenção da custódia cautelar.

Temos, portanto, que não restou caracterizada a alegada coação ilegal propalada pelo impetrante.

Também não merece agasalho a afirmação de que o paciente está sendo submetido a constrangimento ilegal em face do excesso injustificado de prazo para conclusão da instrução criminal. O fato delituoso ocorreu no dia 21/fevereiro/2009. Os acusados foram denunciados em 20/maio. Denúncia recebida em 26/maio. Já foram apresentadas as defesas preliminares de quatro dos acusados (inclusive as do paciente). Foram expedidas várias cartas precatórias para citação de alguns dos réus, assim como foi determinada a expedição de edital para a citação de três deles, os quais não foram localizados.

Como se vê, o processo-crime em destaque conta com 06 (seis) denunciados, fato que, por si só, empresta ao feito uma considerável complexidade. À toda evidência, o dilatado lapso temporal verificado entre a data do fato e a presente situação processual se encontra plenamente justificado em face da complexidade do feito. À luz do princípio da razoabilidade, não se pode, como na situação dos autos, exigir que o Estado possa atender estritamente aos prazos previstos em abstrato, no Código de Processo Penal, quando a ação penal se mostra complexa.



O Colendo Superior Tribunal de Justiça, em situação idêntica, se manifestou pela inoccorrência de constrangimento legal quando o excesso de prazo observado é justificado:

(HC 41767/SC; HABEAS CORPUS 2005/0021839-5; Relator Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA; Órgão Julgador QUINTA TURMA; Data do Julgamento 19/05/2005; Data da Publicação/Fonte DJ 27.06.2005 p. 422)

Não há constrangimento ilegal quando o excesso de prazo é plenamente justificado pela complexidade e pelo número de réus envolvidos.

À luz de tais fundamentos, senhores Desembargadores, senhor Procurador de Justiça, em harmonia com a manifestação ministerial, **voto pela denegação da ordem.**

É COMO VOTO.

Recife, 22 de dezembro de 2009.


Des. Gustavo Augusto de Lima

Relator